

José Machado Pais, Clara Carvalho e Neusa Mendes de Gusmão (orgs.)
O Visual e o Quotidiano
Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008

Produto final do Seminário organizado pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS) em Maio de 2006 com o mesmo título, o livro *O Visual e o Quotidiano* reúne oito das intervenções apresentadas naquele encontro. Divididos em igual número pelas duas partes do volume – “A fotografia, o quotidiano e a cidade” e “Tradições, representações e experiências” – os textos compõem uma colecção de artigos muito eclética em termos de estilo e abordagem adoptada relativamente ao foco recorrente da imagem visual. Tal facto – inerente, até certo ponto, ao sentido de livro colectivo do qual não há grande tradição em Portugal – é um dos pontos fortes da obra pelo que permite de variedade nos tópicos cobertos. Das muitas visualidades focadas, no capítulo de abertura, José de Souza Martins aborda a fotografia enquanto meio de estudo sociológico concretizando, de forma teórica e empiricamente sustentada, a desmistificação da imagem fotográfica como “congelamento” do representado e, enquanto tal, documento da vida quotidiana. Pelo contrário, tais imagens terão interesse sociológico pelo que ocultam ou contêm de representação social e esta transparecerá somente no caso da fotografia estética ou intencional, por oposição à flagrante apenas capaz de documentar o ocasional. De grande consistência didáctica, o texto de Margarida Medeiros equaciona a história da fotografia ultrapassando Foucault em termos de referência crítica e correspondente visão da imagem fotográfica sobretudo como veículo de poder e ideologia. Cruzando o sucesso oitocentista da fotografia, quer com o contexto positivista, quer com a nova noção emergente de sujeito, surge explicitado o papel estruturante da fotografia também enquanto resposta ao sentimento nostálgico da nova psicologia e do self no século XIX.

Enquanto os dois capítulos anteriormente referenciados, ainda que de modo diverso, debatem a forma como a fotografia pode servir de suporte a representações do quotidiano, o artigo de Carles Feixa e Laura Porzio desloca o seu foco para a utilização de imagens visuais como suporte de investigação sobre o quotidiano. Relativo à cidade de Barcelona, o texto propõe um “itinerário fotográfico” que documenta estilos e cenários de tribos urbanas da cidade defendendo o procedimento de comparar fotografias seleccionadas sobre essas culturas juvenis com os discursos dos próprios sujeitos em diálogo com as narrativas do diário de campo. Retomando algumas reflexões teóricas sobre as relações entre etnografia e fotografia, os autores propõem uma primeira apresentação

visual das culturas juvenis da cidade catalã. A I Parte do volume abriga ainda um pequeno texto de Maria do Carmo Serén escrito na forma de um comentário bastante pessoal sobre a fotografia e a cidade, desta enquanto espaço fragmentado e daquela enquanto virtualmente sujeita a manipulação.

No seu conjunto, os quatro artigos apresentam-se como amplamente capazes de suscitar uma reflexão multifacetada sobre o carácter representacional da fotografia e sobre a necessidade de desconstrução analítica de qualquer abordagem mais ingénuas sobre o carácter factual ou mimético das imagens visuais. Em contrapartida deve ser apontada a lacuna significativa de apenas a imagem fotográfica ser equacionada enquanto representação visual sendo notória, nomeadamente, a falta do filme etnográfico.

Os dois capítulos iniciais da II Parte corporizam uma deslocação de foco para a análise de imagens visuais surgindo a sua própria produção considerada enquanto objecto de reflexão. O texto de João Leal analisa as relações entre a imagem e a antropologia portuguesa no período de 1870 a 1970, fazendo surgir o desenho, a fotografia e o filme etnográficos produzidos no quadro da disciplina, eles próprios, como objecto de análise. Fornecendo um consistente e útil levantamento da história da antropologia em Portugal, para cada um dos quatro períodos identificados do seu desenvolvimento ficam demonstradas as correspondentes formas diferenciadas de trabalhar e utilizar a imagem o que, entre outros factores, aparece relacionado com os diferentes temas da cultura popular predominantemente abordados. No seu artigo, Clara Carvalho procede à análise de três arquivos fotográficos produzidos pelas instâncias coloniais portuguesas sobre o então território da Guiné. Perscrutando essa iconografia enquanto corporização de representações de género surge explicitada a relação entre a mudança nas figuras representadas e os diferentes contornos da dominação colonial ao longo do tempo. Sendo as imagens usadas como meio para essencializar a percepção do Outro e insinuar diferenças intelectuais e físicas, é demonstrado tanto o desempenho das colecções fotográficas enquanto auxiliares do projecto de “ocupação científica da Guiné” quanto o seu papel na sublimação do inatingível controle e posse daquela colónia.

Colocado no final do volume, o texto de Nuno Porto explora o papel da visualidade na experiência transformativa do sujeito ocorrida no processo de visita à instituição museológica e suas exposições. Extravassando o confinamento da questão da representação visual à mediação fotográfica ou fílmica, aqui é a mediação visual proporcionada pelos objectos no espaço do museu que é objecto de reflexão. A exposição

de objectos e sua correlativa ordenação no museu é a enunciação visível de um discurso materializado por esse meio. Através da passagem revista de cinco experimentações museográficas concretizadas no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, nas quais o autor assegurou a concepção das montagens, são discutidas as práticas visuais concretizadas no espaço ritual do museu enquanto possibilidades de experiências formativas dos sujeitos. E a heterogeneidade das abordagens presentes no volume completa-se com o artigo de José da Silva Ribeiro dedicada à explicitação do processo concreto de construção de um projecto de hipermédia produzido a partir do estudo do ritual de coroação de reis Congo no Brasil e em Cuba. Neste caso, num único texto surgem cruzados o tópico do estudo visual da realidade social e o da utilização de meios audiovisuais enquanto suporte de investigação antropológica, bem assim como o do estudo de imagens visuais. Importa dizer que apesar do capítulo acabar por fornecer alguma informação sistematizada sobre noções relativamente novas como hipermédia, multimédia, interface, base de dados ou hiperdocumentos, nele surgem bastante indistintos o exercício pedagógico que se pretende relatar de construção de um sistema de representação hipermédia e o processo analítico que terá rodeado a concretização desse exercício. A consideração das etapas de montagem do produto hipermédia final surge pouco analítica e sobretudo enumerativa, sendo igualmente notória a insuficiente informação etnográfica fornecida já que o leitor que desconheça o ritual dos reis Congo, depois da leitura do texto permanecerá ignorante sobre a questão. Em simultâneo, o carácter “de primeira escrita, exploratória” de uma “investigação ainda não acabada” não justifica as inúmeras incorrecções e lacunas identificadas em relação às respectivas referências bibliográficas.

Apesar de ser excessivo atribuir ao volume *O Visual e o Quotidiano* o rótulo de antologia dado o carácter de primeira compilação que lhe está subjacente e pelo que fica sugerido quanto à necessidade do debate ser ampliado e consolidado, fazendo o balanço do confronto com a colecção dos oito ensaios ele é bastante positivo e sugestivo no sentido de ser capaz de suscitar algumas posteriores linhas de reflexão. O volume podia, contudo, cumprir ainda mais eficazmente a sua função se a Introdução que o inicia fosse capaz de produzir um enquadramento analítico abrangente, mais do que meramente fazer a resenha do processo de realização do Seminário que lhe deu origem. Não só os três organizadores da obra não conseguiram produzir um texto único, cada um procurando por si dar uma visão de como se chegou ao fim do processo, como ainda o conteúdo das três partes da Introdução insiste sobretudo nos desafios inicialmente colocados aos organizadores e participantes do encontro e

não nas conquistas e resultados alcançados. A mesma incapacidade de coordenação e supervisão sobressai também ao nível da não uniformidade, entre todos os textos, da modalidade de apresentação das referências bibliográficas.

A temática do visual sustentará certamente muitos outros tratamentos, mas este não deixa de ser um ponto de partida apreciável para o seu debate.

Alice Duarte

Universidade do Porto – Faculdade de Letras

José María Valcuende (coord.)

Historia y Memorias de las Tres Fronteras; Brasil, Perú y Bolivia

Cusco, Perú, Editor Oscar Pando, 2009

Este livro evidencia a porosidade das fronteiras, tanto na perspectiva pluridisciplinar dos seus autores (Grupo Frontera, constituído por historiadores, antropólogos e ecólogos provenientes de seis universidades de três países), como na perspectiva territorial e social do objecto de estudo, a Fronteira Tripla (Brasil, Peru e Bolívia). Produto do trabalho de investigação empreendido entre 2006 e 2008, nele participam Laís Marette, Cleto Barbosa e Jacó Piccoli (Universidade Federal de Acre, Brasil), Oscar Paredes Pando (Universidade Nacional de San Antonio Abad del Cusco, Peru), Celia Lucena (Centro de Estudos Rurais e Urbanos, Universidade de São Paulo), Rinaldo Arruda (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Eurípedes Funes (Universidade Federal de Ceará) e José María Valcuende (Universidade Pablo de Olavide, Sevilla). A diversidade disciplinar e linguística da equipa exigiu por um lado a construção de um texto comum, assegurando a coerência global de um trabalho elaborado por sete pessoas, e por outro uma edição brasileira, ainda no prelo. Segundo os autores, este livro representa um compromisso com os habitantes de Assis Brasil, Iñapari (Peru) e Bolpebra (Bolívia), cuja colaboração foi fundamental para a recolha do riquíssimo legado histórico e social, apenas parcialmente utilizado ao longo das 232 páginas deste trabalho.

Esta obra, entrelaçando a história e a antropologia, analisa a formação da Fronteira Tripla (Brasil, Peru e Bolívia), na qual convergem, ao longo do processo histórico, dinâmicas económicas, sociais e políticas impulsionadas por processos de escala regional, nacional e

mundial, gerando fluxos e refluxos migratórios a nível local, fixando populações multiétnicas que moldaram a ocupação do espaço a partir de diferentes formas de exploração dos recursos naturais. A exploração da borracha marca esta “fronteira em movimento”, mesclando indígenas, portugueses e espanhóis, delineando a fronteira colonial. Posteriormente, outros recursos naturais como o ouro e a madeira atraem brasileiros, bolivianos, peruanos, japoneses e turcos, contribuindo para a redefinição política das fronteiras, sempre instrumentalizadas ao longo do tempo pelas populações locais. Na Fronteira Tripla configuram-se e articulam-se planos e interesses sobrepostos, expressos em conflitos entre Estados, entre velhos e novos colonizadores, e entre populações locais e centros de poder. Neste espaço fronteiriço convergem múltiplos níveis de interação social, dinâmicas locais e supra locais, alianças e disputas económicas e políticas, evidenciando as contradições geradas entre as lógicas estatais e as lógicas locais.

Este livro, estruturado em duas partes, centra a primeira na análise macro da evolução histórica e social da fronteira tripla estatal (Brasil, Peru e Bolívia), e a segunda na análise micro da antropologia, nas povoações fronteiriças de Assis Brasil, Iñapari e Bolpebra, delineando o eixo discursivo articulador desta obra na fronteira política e nas fronteiras sociais.

Na primeira parte, uma reflexão teórica sobre fronteiras salienta a importância do espaço e do tempo no processo de organização social e identitário das “comunidades locais”. Paralelamente, na articulação entre fronteiras territoriais e formas de vida emergem “culturas de fronteira” (Valcuende, 1998), entendidas no carácter plural atribuído ao significado de fronteira política pelas populações locais. Neste processo, as populações instrumentalizam a fronteira em função de interesses concretos, activando a ideia de “comunidade nacional”, ou de “comunidade interfronteira”, reafirmando ou negando as fronteiras políticas, através de redes suprafronteiriças, activadas em momentos históricos concretos (p.7).

Com estes pressupostos os autores analisam as consequências territoriais e sociais da colonização dos povos da Amazónia na Fronteira Tripla, a transformação das velhas fronteiras indígenas em novas fronteiras impostas pelo domínio colonial, e as estratégias de sobrevivência adoptadas pelos povos indígenas. Povos para quem o termo *Amansar* significou sobreviverem expropriados da sua forma de vida, transfigurados na engrenagem da extracção da borracha (p.34). No século XIX os Estados ignoravam o princípio e o fim das linhas imaginárias, demarcando o império brasileiro do Peru e da Bolívia,

perdidas na imensidão amazónica, partindo e repartindo as sociedades nativas ali estabelecidas. Contudo, o desenvolvimento da exportação da borracha no Brasil e o avanço dos seringueiros em território boliviano geraram conflitos, exigindo a redefinição das linhas delimitadoras entre as três nações, a fim de legitimarem a exploração dos seus recursos naturais. A fronteira, apesar de delimitada politicamente permanece todavia indefinida, numa perspectiva socioeconómica. A forte influência do Brasil na zona fronteiriça da Bolívia e do Peru, até há poucos anos, sofrerá uma mudança substancial devido a uma nova vaga de emigrantes, e progressivamente os distintos Estados assinalam estrategicamente a sua posição em cada uma das áreas fronteiriças (p.62). Muitos dos sobreviventes vivem hoje enfrentando outras lutas na Fronteira Tripla, tecendo vidas que cruzam e entrecruzam as vivências em terras fronteiriças, igualando brasileiros, peruanos e bolivianos como companheiros “de estradas e de exploração, em função de relações de trabalho mediadas pelo paternalismo” (p.71).

Nos finais dos anos setenta e anos oitenta a extracção do ouro configurará uma nova paisagem nas entranhas da Amazônia, e uma presença mais efectiva dos Estados nacionais em toda a área fronteiriça. Com o ouro chegam novos povoadores, imigrantes das zonas andinas e desalojados das zonas rurais sem condições económicas de subsistência. Milhares de trabalhadores forçados à pluriactividade e à precariedade do trabalho no campo, nas minas ou na madeira, condenados à miséria. A expressão: “el oro viene del agua y como el agua se va” (p.76), sintetiza a condição precária destes homens, mais uma vez emaranhados numa rede de exploração, alimentada pelo sonho do “el Dorado”.

A segunda parte do livro constrói-se no presente, partindo das memórias e das vivências dos habitantes de Assis Brasil, Iñapari (Peru) e San Pedro de Bolpebra (Bolívia), para compreender o processo de interacção social num tempo longo, e os diferentes significados de fronteira em função das conjunturas históricas. Neste sentido, os autores analisam os percursos dos povos indígenas da Fronteira Tripla e o seu carácter binacional, ou trinacional, o caso dos Machineri e dos Yaminahua, para os quais a fronteira política representa múltiplas pertenças. Contextualizando as três localidades fronteiriças, descrevemos o sistema de relações interfronteiriças, e as transformações ocorridas nos últimos anos e, posteriormente, analisam a fronteira como recurso socioeconómico e simbólico das populações locais. Por último, analisam as fronteiras políticas e as fronteiras sociais partindo das práticas e das representações dos seus habitantes, forjadas em referentes identitários, com os quais se definem e são definidos, em classificações que reproduzem

e negam limites e fronteiras entre grupos, pertencentes, ou não, a diferentes países.

Para os autores a Fronteira Tripla constitui um caso paradigmático de uma “fronteira em movimento”, uma fronteira aberta e porosa, modificada na sua demarcação pela mobilidade entre diferentes grupos. Consequentemente, os povos indígenas, emparcelados pelos Estados nacionais, assumem pertenças contraditórias como peruanos, bolivianos ou brasileiros, expressas em imagens e estereótipos definidores de fronteiras simbólicas, na luta pela sua legitimidade de “amazónicos”. Algumas populações indígenas desaparecem, outras foram deslocadas, mas a maioria está integrada na organização sociopolítica estatal. As relações entre as três localidades periféricas, a partir de um sistema de “vasos comunicantes”, constituíram uma necessidade de sobrevivência para os seus habitantes, praticamente isolados do interior dos seus respectivos países.

Estamos assim perante uma obra que nos permite entender como a transformação das fronteiras sociais contrasta com as lógicas dos Estados, para os quais a fronteira tem um carácter imutável, enquanto para as populações locais tem um carácter instrumental, alterando significados, construídos na diversidade étnica e nas relações transfronteiriças entre estas três populações.

Maria Dulce Simões
Doutoranda da FCSH-UNL
Bolsista da FCT
CRIA – Pólo Nova

Elsa Peralta

A Memória do Mar: Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade
Lisboa, ISCSP, 2008

“(…) A Memória do Mar: Património, Tradição e (Re)imaginação Identitária na Contemporaneidade é uma síntese de um trabalho de investigação exaustivo em que procurei discutir de que forma a memória é um instrumento ao serviço da construção das identidades locais, focando-me num estudo de caso em que abordo especificamente as memórias marítimas. Verifico que, sendo uma ‘invenção’ e uma ‘construção’, a memória será certamente uma ‘invenção’ e uma

‘construção’ histórica, que se processa ao longo do tempo, resgatando metonimicamente referentes de um passado que é recriado por cada presente.”(Peralta 2008: 15). Assim apresenta a autora o seu trabalho agora publicado. A investigação fez-se para a obtenção do grau de doutor; a discussão centra-se nas noções de património e identidade, e alonga-se para o que é a memória e para “como as sociedades recordam” (título da incontornável obra de Paul Connerton); o estudo de caso é o Museu Marítimo de Ílhavo e como nele se manifesta e objectifica a demanda por uma identidade local (porém, porque da “faina maior” se trata, encontra correspondência no imaginário nacional português) que, como Peralta vai argumentando, invoca um passado, afinal, também “inventado” e também “construído” no presente que vai acontecendo no pretexto do museu.

O volume divide-se em cinco partes (com quinze capítulos) intituladas de jeito elucidativo, a saber: I – Teoria e Pesquisa da Memória Social; II – Os Contextos Discursivos da Memória; III – Uma Genealogia da Memória na Esfera Pública; IV – A Vernaculização da Memória: Entre o Público e o Privado; V – A Politização da Memória: Entre o Local e o Global.

Na primeira parte a autora estrutura uma revisão “(...) das principais abordagens teóricas ao estudo e pesquisa da memória social (idem: 37). É notória a aproximação multidisciplinar e histórica a este campo de estudos (que, aliás, permanece ao longo de todo o texto). Do trabalho pioneiro de Halbwachs a Foucault, ou, de Hobsbawm a Freness e Wickham, ou, ainda, de Giddens e Bourdieu, prevalece, no entanto, um olhar antropológico que não esquece Evans-Pritchard e os “seus” Nuer, Geertz e o “seu” interpretative turn, ou os mais recentes estudos de Anthony P. Cohen e/ou Vered Amit sobre a noção de comunidade.

Na segunda, defende a perspectiva que não dissocia os processos de “produção de cultura” dos contextos políticos, históricos, económicos, sociais e/ou institucionais em que vão sendo gerados e, por isso, Peralta, considera que os fenómenos da memória na contemporaneidade surgem sempre relacionados com os processos e consequências da globalização, i.e. os modos como o espaço e o tempo são percebidos e vividos neste tempo de globalização, geram condições de possibilidade para que a recordação (do que éramos, do que somos e do que queremos ser) se torne numa necessidade, por vezes, individual, sempre colectiva, que combate a proverbial preponderância do global sobre o local e, logo, de discursos hegemónicos (globais) capazes de obliterarem identidades (locais). Precisamente, ainda nesta parte do livro, no capítulo 4, a autora introduz o “seu” contexto local enquanto estudo de caso: Ílhavo. Lugar que

aparece à autora como um terreno heterogéneo e, claramente, imaginado, logo aquando da sua viagem inicial (mas também sempre iniciática, como bem nos relata a antropóloga; cf. *ibidem*: 122 e seguintes). Heterogeneidade manifesta no crescimento do sector terciário num lugar que se diz ser “terra do mar” e “terra de pescadores”, e/ou na crescente imigração para um lugar de emigração.

Na terceira parte do volume, o leitor é remetido para um passado recente na busca de factos que ancoram a construção de um imaginário presente sobre a identidade Ilhavense e a sua relação de dependência com o mar. Ou, se quisermos, em abstracto, a citação: “As versões do passado que foram veiculadas na esfera pública no século XIX, sendo em muitos aspectos diferentes das versões veiculadas na actualidade, sobretudo no que toca à sua fragmentação e volatilidade, não deixam de informar e moldar [destaque da autora] o repertório de possibilidades contemporâneo. Muito do que hoje aceitamos como naturalmente bom [destaque da autora], como seja a preservação do património, o restauro de monumentos, a criação de museus, tem as suas origens e raízes nos movimentos preservacionistas ocorridos com o advento da Modernidade. Antes disso, o passado não tinha valor social. (...) [Logo] o passado, tal como recordamos no presente, é uma construção social.” (*ibidem*: 145).

É, justamente aqui que reside a tese principal da obra. Se a sistematização da literatura sobre memória é permanente neste trabalho, o leitor encontra, principalmente a partir da quarta parte, uma certa etnografia do processo de patrimonialização do passado em Ílhavo, e/ou, mais especificamente, uma etnografia da mercantilização da Faina Maior enquanto fenómeno de consumo cultural centrado num museu. Ficamos, assim, perante uma rica descrição dos “inventores” contemporâneos da tradição, sejam eles de cariz institucional (ex.: a Câmara Municipal), grupal (ex.: a Associação dos Amigos do Museu) ou individual (ex.: o Director do Museu marítimo de Ílhavo e, noutra nível, os ilhavenses que reproduzem o discurso que glorifica a “terra do mar”, “os marítimos”, “os bacalhoeiros”). O que nos remete para os concomitantes poderes, políticas a que está sujeita a memória social/cultural, e para os diferentes discursos e saberes que a informam e disputam.

Nesta perspectiva discorre a quinta, e última parte do livro. São identificados os períodos, os movimentos, as redes, os indivíduos, os discursos, os interesses, os saberes que rodeiam a criação e as diferentes fases do processo de musealização / patrimonialização / monumentalização / mercantilização da(s) identidade(s) imaginada(s) e desejada(s) para o local (desde a intervenção dos diferentes agentes

políticos, aos discursos científicos que informam a museografia, passando pelo papel das elites locais).

Se sabemos, pelo menos desde de Hobsbawm, que as identidades, as tradições, as memórias são, também, inventadas, não é frequente encontrarmos na literatura antropológica etnografias aturadas sobre como essa invenção se vai processando. A obra de Elsa Peralta em recensão, tem essa virtude. Apresenta-nos um longo conjunto de dados etnográficos (em permanente diálogo multidisciplinar) sobre a construção de identidades na contemporaneidade, situado num único estudo de caso que pode ser entendido como uma metonímia de outros casos em que o local é, por vezes, (re)territorializado num hiper-local, o espaço do museu - enquanto edifício, colecção ou acervo, mas também enquanto lugar onde se desenham actividades que ultrapassam os muros do museu para veicular o mesmo discurso e a mesma narrativa. Narrativa que revela tanto sobre o modo como olhamos para o passado e, logo, sobre como gostaríamos de ser recordados no gerúndio que se vai fazendo presente, quanto o esconde. A glorificação da imagem do “marítimo” da Faina Maior é exemplo disso. É a projecção de uma identidade social desejada —no presente— que celebra o denodo, mas ofusca que esse, por vezes, foi imposto, e, por conseguinte, faz esquecer outros objectos de estudo e até de eventual musealização, como por exemplo, a pobreza ou a guerra colonial (que garantiu homens para as companhias dos bacalhoeiros que, doutra forma, seriam “soldados” e não “marítimos”). Nas palavras de Elsa Peralta, “Apenas o presente é real [destaque da autora]. O passado e o futuro são ideacionais.” (ibidem: 382).

Paulo D. Mendes
UTAD

Thomas Berker, Maren Hartmann, Yves Punie e Katie J. Ward (eds)
Domestication of Media and Technology
England, Open University Press, 2006

Na obra colectiva *Domestication of Media and Technology*, procura-se discutir e actualizar o conceito de “domesticação”, tal como enunciado por Silverstone e Hirsch na já clássica obra de 1992, *Consuming Technologies: Media and Information in Domestic Spaces*¹.

¹ A obra é editada por Silverstone e Hirsch reunindo contributos de vários autores.

Na proposta inicial (1992) pretendia-se debater a forma como os sujeitos domesticam, apropriam e incorporam as novas tecnologias de informação e comunicação e de como estas integram as rotinas diárias, as crenças e os espaços privados dos seus utilizadores. Nesse sentido, uma particular relevância é conferida ao espaço doméstico, à casa, pois nesta confluem espaço privado e público, interacções económicas e sociais, negociações, mediações e conflitos e acima de tudo, a constituição de um espaço de “segurança ontológica” (Giddens) que permite aos sujeitos encontrarem estabilidade mas também liberdade e expressividade individual.

A formulação desta proposta teórica constituiu um importante marco nos estudos sobre as tecnologias de informação e comunicação (TIC), pois vem alterar substancialmente a forma de olhar para estas tecnologias que eram entendidas, do ponto de vista da apropriação, como lineares, racionais e acima de tudo determinísticas. Esta nova perspectiva, que se desenvolve essencialmente no contexto académico britânico e escandinavo, veio permitir o desenvolvimento de várias redes de investigação sobre tecnologias de informação e comunicação no contexto europeu, onde se privilegiaram abordagens empíricas em profundidade. Abandonam-se as abordagens marcadas pelo determinismo tecnológico e textual assim como as leituras de carácter difusionista, em prol do contexto, do quotidiano, da imersão em profundidade na realidade social com as suas diferentes, complexas e conflitantes, estruturas. Passa-se do texto para o contexto conferindo grande visibilidade às metodologias qualitativas e à pesquisa etnográfica.

A presente obra oferece assim, por um lado, uma revisão histórica e contextual do surgimento e utilização do conceito, como estabelece uma reflexão crítica sobre o seu percurso propondo redefinições, alargamentos e reconceptualizações, ou seja, discutindo fronteiras, significados e consequências. O próprio texto introdutório refere que a obra não pretende debruçar-se apenas sobre as continuidades e os processos rotineiros de apropriação e incorporação das tecnologias mas analisar igualmente as quebras e descontinuidades, pretendendo discutir tanto as suas utilizações no passado como as potencialidades da sua acutilância crítica no futuro. Os autores partem desta enunciação para propor reconfigurações ou actualizações, feitas na maior parte dos casos a partir da discussão de exemplos empíricos próprios ou investigações conhecidas levadas a cabo por outros, nomeadamente os projectos EMTEL².

² O EMTEL I (European Media, Technology and Everyday Life), financiado pela Comissão Europeia, decorre entre 1995 e 1998, ao abrigo do Programa “Human Capital and Mobility”. O EMTEL II decorre entre 2000 e 2004, ao abrigo do Programa

Em termos formais, a obra encontra-se organizada em três partes. Uma primeira reúne os capítulos que discutem o conceito de “domesticação” de forma mais teórica e contextualizadora, embora não descurando exemplos empíricos relevantes, e uma segunda que se centra na apresentação de investigações empíricas que contribuíram na sua concepção e/ou nas suas conclusões para o debate em torno das actualizações e redefinições do conceito de “domesticação”. Pretende-se assim discutir a sua aplicação tanto teórica como metodológica.

Na primeira parte encontramos, a iniciar, um texto de David Morley, autor que se encontra desde o início no centro deste debate, e que o retoma aqui com a intenção de reler as suas propostas à luz dos desenvolvimentos mais marcantes no âmbito das TIC e das próprias mudanças ocorridas no que definimos como casa e espaço doméstico. A análise de práticas situadas no âmbito de uma entidade considerada estável, a casa, fruto de condições surgidas no âmbito das sociedades industriais europeias, é hoje largamente re-equacionada. Contudo, como exemplifica Morley, não devemos acreditar na “morte da geografia” pois continuamos a habitar locais geográficos reais que condicionam as nossas possibilidades de acção e a distribuição das novas tecnologias continua a espelhar a estruturas de poder já estabelecidas.

Nesta primeira parte apresenta-se ainda o texto de Knut Sørensen que confere particular destaque à questão da tecnologia, apresentando os contributos teóricos provenientes do contexto norueguês, e igualmente o de Maria Bakardjieva que amplia a utilização do conceito de “domesticação” e discute a estabilidade e linearidade de alguns dos seus pressupostos iniciais, nomeadamente no que diz respeito ao conceito de casa e às fronteiras que a organizam. Maren Hartmann defende, num outro artigo, um retorno ao texto e uma aplicação mais séria da ligação crítica entre este e o contexto, promovendo um regresso crítico à etnografia enquanto método por excelência da análise contextual em profundidade. Por fim, o artigo de Leslie Haddon situa os estudos empíricos realizados no contexto britânico, destacando a importância que a análise das redes sociais pode ter no âmbito da aplicação do conceito de “domesticação”, apresentando simultaneamente ferramentas metodológicas complementares.

Na segunda parte da obra encontramos um conjunto de textos que, como referido, remetem mais amplamente para contextos empíricos determinados. Estes tratam questões tão diversificadas como cursos de

“Improving the Knowledge Potential”. Os editores consideram que esta obra nasce do seu envolvimento nestes Projectos, embora nem todos os autores tenham estado directamente ligados a estes.

informática ministrados nos Países Baixos e na Irlanda (Deirdre Hynes e Els Rommes), contextos de trabalho em casa (Katie Ward) ou a introdução da constituição do agregado familiar, no caso famílias monoparentais, enquanto variável determinante de análise (Anna Lemor). A introdução de um contexto não-ocidental, a China, permite a comparação com estudos similares realizados mais exclusivamente no contexto europeu (Sun Sun Lim) e o deslocamento do conceito para fora do âmbito do doméstico, na análise de micro empresas (Jo Pierson), constitui uma proposta inovadora ao observar a integração das tecnologias de informação e comunicação enquanto ferramentas de trabalho, inserção no mercado e comunicação externa.

Uma última parte, composta apenas por um capítulo, da autoria de Roger Silverstone, analisa tanto os capítulos anteriores e as suas diversificadas propostas como apresenta uma análise pessoal e crítica de um dos fundadores desta abordagem, concluindo-se assim a obra com o texto de um autor fundamental.

Em termos gerais, uma questão essencial a reter desta discussão prende-se com o facto de a abordagem em causa procurar resistir, pelo menos em termos formais, à tentação de analisar em exclusividade a esfera do doméstico e do privado, encapsulando-os de forma artificial. Ou seja, apesar de redireccionar o olhar do investigador para esta realidade e de procurar providenciar ferramentas analíticas que permitam captar e entender o privado e o doméstico, este não é analisado como uma entidade estática e fechada mas como estando em permanente relação e troca com o exterior, determinado também pela estrutura e não apenas pela agência. Procura-se, segundo os autores, “not lose track of the bigger Picture while allowing deep explorations into micro-practices of everyday life.” (p. 6)

Para os autores da obra, o conceito de “domesticção” continua ainda a oferecer acutilância crítica no mundo contemporâneo, apesar das necessárias readaptações que deve acolher, nomeadamente uma atitude mais inclusiva do espectro de análise e, em termos metodológicos, algumas redefinições de abordagem já que muito mudou na forma como as tecnologias apresentam interfaces de ligação e manuseamento e as próprias dinâmicas sociais de interacção integram características e temporalidades novas. Algumas tecnologias tornaram-se mais invisíveis também, porque naturalizadas, mas possibilitam por isso mesmo uma análise mais centrada nas permanências e não apenas na ruptura e na novidade, detectando as mudanças de médio prazo que se foram inscrevendo no quotidiano, que apresentam menos resistências e que por isso mesmo constituem um potencial de mudança importante já que

integram as estruturas mais profundas e menos questionadas da realidade quotidiana, pública ou privada. A Internet principalmente e o multimédia em geral vêm oferecer hoje novas possibilidades de análise, não devendo no entanto a sua novidade ser entendida de forma isolada e descontínua, rejeitando-se teorias e ferramentas metodológicas ainda úteis e pertinentes e uma percepção clara dos contextos históricos e sociais em causa que marcam o surgimento e desenvolvimento de cada um num tempo e espaço particular.

Esta obra oferece assim tanto a oportunidade de actualização de um conceito e de uma abordagem relevante na história dos media como, pela ausência de algumas investigações e propostas relevantes, a percepção de um conjunto de redes e de relacionamentos académicos particulares e também eles contextuais.

Sónia Ferreira
CRIA